

058ª SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA 23JUN2021

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Kaká D'Avila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 22 a 25 de junho de 2021. O Ver. Conselheiro Marcelo, que já tomou posse no gabinete da presidência, integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Roberto Robaina, no período de 23 a 29 de junho, e em razão da impossibilidade de os suplentes Prof. Alex Fraga e Franciéle Rodrigues da Silva assumirem a vereança, a suplente Natasha Ferreira assumirá a vereança. Solicito à suplente Natasha Ferreira que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Natasha Ferreira prestará a seguir.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

SUPLENTE NATASHA FERREIRA (PSOL): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossada a Ver^a. Natasha Ferreira. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Natasha Ferreira, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

A Ver^a. Natasha Ferreira está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PSOL): Boa tarde, Presidente; saudando você, saúdo a Mesa, a todos os vereadores e vereadoras, a todos que nos acompanham, vereadores presentes e os que estão *on-line*. Quero ser breve neste discurso de posse no mês do nosso orgulho LGBT. Não é fácil para uma mulher travesti no Brasil, que tem uma expectativa de vida de 35 anos, chegar a uma Casa Legislativa brasileira, não são fáceis os percalços de ter a escola muitas vezes fechada, de ter o posto de saúde que não nos respeita, de ter o mercado de trabalho que não entende que nós somos cidadãos e cidadãs, que temos os mesmos direitos de trabalho, de renda, de emprego, de dignidade e de cidadania. A nossa expectativa de vida, no Brasil, vem aos 35 anos há mais de 11 anos, e ela tem explicações lógicas em um País que consome a maior pornografia de pessoas travesti e transexuais, mas é o País que também mais executa. Falo aqui abertamente às vereadoras e aos vereadores que falam sobre a ideologia de gênero - e estarei aqui até a próxima terça-feira e na sessão da segunda-feira, dia 28 -, e falem para este corpo travesti sobre a ideologia de gênero, falem para mim que foi criada por uma mãe hétero, por um pai hétero, por uma família cristã, uma família considerada tradicional e de bem, me expliquem onde está a ideologia de gênero? A ideologia está naquela e naqueles que dizem que rosa é de menina, que azul é de menino, que os brinquedos têm gênero, que as roupas têm gênero, os que tentam doutrinar os nossos corpos, que tentam doutrinar as nossas ideias são essas e esses que não poderão seguir vencendo neste País, e é por isso que a derrota desse conservadorismo se faz urgente. Eu luto por democracia real, eu luto para que o País da maioria feminina, da maioria negra, que as LGBTs estejam aqui dentro. Hoje eu posso ser a única nesta legislatura a assumir enquanto travesti, mas não se esqueçam, eu não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

serei a última, muito pelo contrário, estaremos ocupando esses espaços porque esses espaços são nossos, a nossa voz não é e não pode ser vista apenas como pessoas que estão nas esquinas sendo marginalizadas, sendo colocadas como cidadãos e cidadãs de segunda classe. Quero agradecer imensamente ao meu partido, o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade; quero agradecer ao Ver. Roberto Robaina, ao Prof. Alex, nosso suplente, à nossa suplente Franciéle; também quero agradecer imensamente à minha deputada Luciana Genro, com quem aprendo muito, minha dirigente. Luciana é uma mulher que luta pelas LGBTQs sem tirar o protagonismo das pessoas LGBTQs. É este País que a gente precisa construir, um País democrático, um País que olhe para a frente, um País que não tenha medo de falar sobre as suas dores, que é a escravidão, a ditadura, a morte das LGBTQs, o estupro sobre o corpo das mulheres, um País que seja verdadeiramente livre. Para finalizar, Presidente, não poderia deixar de dizer que este é o anseio da Nação brasileira: eu quero vacina no braço, eu quero que o povo tenha comida no prato e quero “fora, Bolsonaro genocida”! Não é mais possível ter esse cara na Presidência da República. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Roberto Robaina e Aldacir Oliboni e das vereadoras Daiana Santos, Reginete Bispo e Karen Santos, ao PLL nº 057/20.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria das vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues, à Emenda nº 02, ao PLL nº 057/20.

Em votação o requerimento de autoria da bancada de oposição, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, ao PLL nº 057/20, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Registramos a presença no plenário da deputada Luciana Genro, a quem saudamos por estar acompanhando os trabalhos nesta tarde.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores e vereadoras; estamos hoje nesta sessão, quero saudar a Ver.^a Natasha, bem-vinda à Casa, toda luta LGBTQIA+. Hoje nós temos um ato em repúdio à PEC 32 que acaba com o serviço público no Brasil. Tenho aqui um cartaz dos colegas da Polícia (Mostra cartaz.), sobre a paralisação nacional dos policiais em todo o Brasil contra a PEC 32, contra a traição de Bolsonaro à classe dos servidores públicos e também de todos os policiais e agentes da segurança pública do País. Mais uma traição do Sr. Jair Messias Bolsonaro, genocida, fascista e que agora, então, ataca os policiais e demais servidores públicos. Então toda a minha solidariedade aos colegas policiais neste momento. Gostaria, mais uma vez, de solicitar que os colegas desta Casa assinem o nosso pedido de instalação de CPI do lixo. A Prefeitura de Porto Alegre, mais uma vez, fez um contrato com uma empresa que está sendo acusada na justiça cível, na justiça criminal por diversos atos de improbidade. E é essa empresa que hoje recolhe os resíduos sólidos da nossa capital. Tiramos uma empresa envolvida em corrupção, colocamos outra empresa envolvida em corrupção. Por que os vereadores e vereadoras desta Casa não assinam a CPI? Se ninguém tem nada a temer, assinem a CPI! O Ver. Ramiro Rosário tem um projeto excelente de combate à corrupção, já foi secretário, já fez ações contra a empresa que a Prefeitura rompeu o contrato. Basta assinarem! Eu sei que, se o Ver. Ramiro assinar o pedido de CPI, os demais vereadores da base também irão assinar. Então, Ramiro, a tua assinatura é muito importante para a gente fazer essa investigação do que está acontecendo com a coleta dos resíduos sólidos de Porto Alegre.

Eu espero também, honestamente, que a informação que chegou para a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores – eu estou falando aqui hoje pela nossa bancada, pelo Ver. Oliboni, pela Ver.^a Reginete e pelo Ver. Jonas – que nós não votemos o PELO nº 002/20. Não é possível que farão esse atentado contra os servidores públicos do Município de Porto Alegre. Já não basta a PEC nº 32 que ataca os servidores federais, todas as mudanças feitas na legislação em nível estadual, teremos aqui no Município também esse ataque, mais uma vez, sendo perpetrado contra os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Deixo aqui meu grande abraço aos guardas municipais que estão aqui, na Casa, fazendo a nossa segurança e que estão sendo hoje duplamente atacados, na reforma desta Casa, na PEC nº 32. E é engraçado que quem está colocando isso em pauta são

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

justamente os amigos da polícia, aqueles que dizem que bandido bom é bandido morto, que a esquerda adora bandido, e agora estão arrebetando os trabalhadores da segurança pública, e não assinam uma CPI contra a corrupção. Então a gente vê as contradições sistêmicas de determinados grupos políticos, mas aqui, nesta Casa, nós não permitiremos retrocesso contra nenhuma categoria de trabalhadores da nossa capital. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, eu quero saudar em especial a posse da nossa querida companheira Natasha Ferreira, uma grande lutadora, uma guerreira, minha amiga, e também a presença que não vejo daqui, virtualmente, mas sei que está no plenário, da nossa querida deputada Luciana Genro, minha amiga, parceira de muitas lutas. Mas nós vivemos hoje um dia muito difícil para o Brasil, para o Estado e para Porto Alegre, em particular. No País, nós temos, além da marca trágica superior a 504 mil mortos, também as evidências hoje brutais, fortes de que há influência direta do Presidente da República e do seu alto escalão, do Ministro da Saúde, na compra de vacinas indianas por cinco vezes o preço das demais vacinas, e flagrantes de corrupção de toda ordem – hoje, toda a manhã, foi dedicada a isso na imprensa nacional. Nós temos, no Estado, a constatação de que temos 5 óbitos para cada 100 infectados – isso é quase o dobro da média nacional. Já mencionei que a média nacional é de 2,8 óbitos por cada cem infectados, e no Rio Grande do Sul chegamos a 5. Isso é puxado por Porto Alegre e por Lajeado. Então a situação de Porto Alegre é dramática, porque não há, e isso é importante frisar sempre – hoje, o governo, de novo, na sua sanha de combate e perseguição aos servidores públicos, volta à carga brutalmente -, uma ação, em quase seis meses de governo, um projeto, um único projeto de combate à Covid-19 – isso é inacreditável, é um absurdo, é inaceitável. Porto Alegre fica na rabeira, no último lugar das capitais no combate à Covid-19, porque não há um projeto. Não é possível, com toda a equipe, todo o Executivo, o prefeito, todos seus assessores, não haver nenhum projeto para distribuição de álcool em gel, não há um projeto para a distribuição de cesta

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

básica, não há nenhum projeto para entrega de um auxílio emergencial, não há visitas, não há orientação sobre higiene, não há nem mesmo a melhoria das condições de saneamento básico. Não há nenhum projeto de combate à pandemia. Então o prefeito municipal ignora que nós vivemos nessa situação dramática e Porto Alegre fica com números absurdos de infectados e mortos, puxando a estatística gaúcha que puxa, do pior lado possível, a nacional. Então é uma situação que nós vivemos e aqui, Presidente, com muita tristeza, nós temos que constatar que toda ação do prefeito Sebastião Melo - isso não é pessoal, eu já disse, sou amigo do Sr. Sebastião Melo, tenho apreço por ele -, no Executivo, é coordenada por essas ações e pressões da ultradireita, que, aliás, está caindo no Brasil inteiro, está forte só aqui ainda, dessa ultradireita negacionista que leva o prefeito a não combater a pandemia, a combater o serviço público e os servidores públicos. Hoje, talvez, seja uma das piores sessões nesse sentido, porque nós vamos ter episódios dramáticos de enfrentamento. De novo, os mesmos, lutamos por um serviço público de qualidade, portanto, pelas servidoras e pelos servidores, e de novo, os mesmos atacando brutalmente isso. De novo, os mesmos que não têm - e eu vou abrir aqui uma exceção - qualquer cobrança do Executivo em relação a ações contra a pandemia; vou abrir a exceção: a Ver.^a Mônica Leal. Eu vi que foi apregoado agora aqui e ela está com um projeto, uma ideia, a síntese de uma ação política importante de buscar a distribuição de cestas básicas, corretamente. Mas o prefeito e o Executivo tinham que fazer isso, tinham que ter buscado, há seis meses, qualquer caminho de combate à pandemia; não buscou nenhum. Passou a ser um incentivador das aglomerações e da circulação do vírus da Covid-19. Fica aqui esse meu protesto, agradeço pelo tempo e, mais uma vez, cumprimento a Ver.^a Natasha Ferreira porque se incorpora, com muita qualidade, muita capacidade, à bancada da oposição na Câmara Municipal. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Pela ordem, Sr. Presidente, hoje na reunião de Mesa e, depois, no colégio de líderes, nos foi informada a disponibilidade de cem vacinas da gripe para os funcionários da Casa. Só que as pessoas, para tomarem essa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

vacina, estão tendo que tirar a parte de cima de suas roupas. Então, os homens ainda tiram, fica tranquilo, mas as mulheres, seria bom disponibilizar o ambulatório da Casa para fazer essas vacinas já que fica ali na entrada. Como é que as mulheres irão tomar essa vacina e até ficar constrangendo os homens por alguns físicos aí que causam inveja, deixando os homens meio constrangidos? Então queria fazer esse registro para o senhor pedir as providências necessárias para que o pessoal possa tomar a vacina. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Claudio Janta, agradeço e quero reiterar a informação de que estamos realizando a vacina da gripe no formato híbrido, quer dizer, as pessoas podem ir a pé ou de carro. Então, eu acho que a maneira com que a pessoa pode chegar ali mais, digamos assim, reservada, é a maneira como todas as pessoas em Porto Alegre estão sendo vacinadas quando vão nos *drive-thru* de carro, não é? Então, a gente sugere que o pessoal que tenha algum constrangimento com relação a fazer a vacina caminhando, que o faça de carro. Está *o.k.*? Porque a orientação do nosso ambulatório é fazer numa parte aberta, mas agradeço a contribuição do Ver. Claudio Janta. Aproveito para informar também que, pela terceira semana consecutiva, não temos o registro de nenhum caso de coronavírus na Casa, e também a nossa servidora que estava intubada já saiu da UTI. Então essa é uma informação importante.

Gostaríamos de agradecer a presença do secretário Cassio Trogildo, sempre vereador, ex-Presidente desta Casa, que, com a sua presença, abrilhanta os trabalhos desta tarde; e o diretor-geral do Previmpa, Rodrigo Costa, que também acompanha a nossa sessão.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente, é lamentável um fato que aconteceu agora há pouco aqui, na Câmara Municipal de Porto Alegre, e que já vem ao encontro do que aconteceu com o Ver. Cassiá. A minha chefe de gabinete se sentiu mal, foi ao ambulatório e a médica não queria nem verificar a pressão dela porque queria se preservar da Covid. E para que nós temos médicos aqui na Casa? Por que uma pessoa dessas tem um diploma de médico, se não for para atender a população? Se ela tem medo da Covid, ela não tem de estar aqui. Isso é um absurdo, Presidente, e eu acho que nós, como vereadores, temos de tomar atitudes porque não dá mais. Nós temos quatro médicos na Casa e, quando a Casa precisa de um médico, o médico não quer atender porque quer se preservar da Covid!

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

É um absurdo, Presidente! E eu acho que nós temos de verificar isso, Ver. Cassiá, não é a primeira vez que isso acontece aqui na Casa. Muito obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço o registro, vamos verificar o que aconteceu.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, vereadores e vereadoras. Eu venho à tribuna para ocupar a comunicação de liderança para falar de um tema muito importante e pertinente para a cidade. Eu tenho recebido, por meio das redes sociais e também a partir do nosso gabinete, de uma série de pessoas que trabalham nos *shopping centers* da cidade, que tiveram a retomada do comércio de uma forma mais efetiva, com os horários mais estendidos e normalizados e que, porém, não tiveram o acesso ao transporte de forma a dar conta, Presidente, da normalidade da cidade. Infelizmente, há bastante tempo, nós estamos discutindo nesta Casa a necessidade de rediscutir o transporte de Porto Alegre. Esse transporte insuficiente, esse transporte caro, de baixa qualidade e que não apresenta aos usuários e às usuárias a qualidade de que a cidade necessita.

Eu vou utilizar esta tribuna para passar um áudio que recebi pelas redes sociais de uma trabalhadora do comércio.

(Procede-se à reprodução do áudio.)

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Nós estamos faladando aqui, Presidente e caros colegas, de trabalhadoras e trabalhadores que não têm condição de sair do trabalho e ir até a sua casa, porque, após às 19h30 min, não tem mais ônibus circulando na cidade. As pessoas que saem do *shopping* às 22h, tanto do Shopping Ipiranga, Iguatemi, Barra Shopping, não conseguem chegar às suas casas. Essa dificuldade aumenta no final de semana, Ver. Idenir Cecchim, porque as empresas pagam o transporte, mas nós não temos a oferta de transporte que conduza as pessoas até a sua casa, as pessoas têm de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

coletivizar Uber, têm de fazer uma série de baldeações. A Cláudia, aos finais de semana, se não tiver um colega para dividir um Uber, ela paga sozinha o transporte para chegar em casa. É inadmissível que Porto Alegre retome as suas atividades econômicas e que não garanta à população a qualidade do transporte necessário para levar e buscar as pessoas no trabalho. Eu recebi da dona Vera, do Campo Novo, uma mensagem de que, às 16h30min, ela não consegue voltar para casa, no Campo Novo, porque das 16h30min às 18h30min é o tempo que ela fica na parada. São mulheres chefes de família e que, nessa hora, Ver. Janta, a creche não vai esperar essa mulher chegar em casa para entregar o seu filho. É inadmissível que a gente priorize o comércio e que não dê condições aos trabalhadores e trabalhadoras de chegarem em casa.

Chegou aqui na Casa o PPA, o Plano Plurianual. Eu sempre faço uma referência, Sr. Presidente, às pessoas que estão em casa, O Plano Plurianual são as expectativas, as metas do governo para os próximos quatro anos. Aquelas em que a gente projeta em família no final do ano, aquelas em que a gente joga toda a expectativa da nossa família e dos anseios que temos para o futuro. Quando chegou o PPA aqui na Câmara de Vereadores, nós o recebemos na CEFOR e tivemos uma ótima discussão ontem, pasmem, nós temos uma média de 1% do orçamento para o desenvolvimento econômico, Ver. Mauro Pinheiro, esse que nós, por inúmeras vezes, exaustivamente discutimos aqui. Nós, ao mesmo tempo, identificamos que a economia da cidade se encontra muito saudável, há um equilíbrio muito importante nas contas. Para além disso, a gente precisa analisar que esse equilíbrio, infelizmente, tem sido à custa do trabalhador e da trabalhadora que encara a má qualidade do serviço público. A gente tem falado na venda da Carris aqui, na privatização da Carris, Ver. Mauro Pinheiro, e foi ela que, nos períodos mais difíceis da cidade entrou nas comunidades para garantir o transporte coletivo. Quando nós falamos em transporte e na falta de oferta, também precisamos levar em conta que nesse período da pandemia, quando falamos em privatizar um setor, a gente precisa olhar para o setor privado e, no mínimo, a reposta dele tem que ser melhor do que a do setor público. E não é verdade que isso acontece, nós temos uma má gestão do setor privado no transporte da cidade. Nós temos empresas privadas que não entregam uma boa qualidade de serviço. Infelizmente, a gente não fala em qualificar o serviço público, a gente não fala em qualificar o transporte coletivo,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

a gente fala em privatizar, porque é mais fácil vender do que garantir uma boa gestão, do que garantir uma gestão eficiente e um serviço público de qualidade. Obrigada, Presidente. (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, o que a Ver.^a Bruna falou aqui não está lá nas planilhas da ATP. Está lá a retirada de ônibus nos principais horários que as pessoas necessitam, sem contar o término do período de aula, tem um horário reduzido dos ônibus e que vai até a metade de março, nada disso entra nos cálculos da planilha que a ATP apresenta para o Conselho Municipal de Transporte. Essa ATP que tenta, de todas as formas, chantagear a cidade de Porto Alegre, chantagear a população de Porto Alegre e o Executivo. Essa mesma ATP que não permite, por exemplo, que trabalhadores de supermercados, que funcionam até à meia-noite, tenham que depender de transporte da empresa. Trabalhadores da área da saúde, trabalhadores de bares e restaurantes, quando saem, não encontram ônibus na cidade de Porto Alegre, em nenhum lugar. Só que essas linhas, volto a dizer, estão lá no cálculo da tarifa e não é fornecido para a população de Porto Alegre. Então, eu acho que chegou o momento desta Casa começar a discutir com muita seriedade, e não adianta vir com essa chantagem que a ATP faz sobre a questão do transporte em Porto Alegre. Se eu uso água, eu pago água, e a água é um item de extrema necessidade para a pessoa. Se eu uso a luz, eu pago a luz; se vou cozinhar a minha comida, eu pago esse gás que está uma fortuna ou eu compro lenha. Agora, querer que a cidade de Porto Alegre, Ver. Moisés Barboza, a quem desejo plena recuperação, financie essas empresas, aí nós vamos ter de financiar o gás do povo de Porto Alegre que não consegue mais cozinhar, nós vamos ter de dar água ao povo de Porto Alegre que não tem mais recursos; 14,6% da população, 14,6 milhões de pessoas desempregadas. Então, vem a ATP fazer chantagem com o povo de Porto Alegre, chantagem com a Prefeitura de Porto Alegre. Nós não aguentamos mais isso, não cumpriram nada do contrato e se apegam no contrato. Cadê os ares-condicionados na frota? Cadê a automação na frota? Cadê? Só querem explorar a população de Porto Alegre,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

baseando-se num conselho que várias cidades não têm, baseando-se num cálculo da tarifa que só eles sabem e que várias cidades não têm. Nesse cálculo da tarifa, lá nas despesas administrativas, que não abrem, estão os jantares que a ATP faz, lá está a gasolina dos diretores da ATP. Financiar a sua vida privada em cima do dinheiro público é barbada, nenhuma empresa na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, que se diz empresa privada, faz isso. Consegue dinheiro do BNDES, consegue dinheiro na Caixa, no Banco do Brasil; agora, usar recursos públicos para se beneficiar, porque está lá no cálculo da tarifa... E quem paga é a senhora e o senhor que estão em casa, pagam os jantares; as senhoras e os senhores que estão em casa pagam a gasolina. O que é isso gente? Nós temos que abrir essa caixa de pandora. Volto a insistir, se a Prefeitura vai dar o subsídio, dê o subsídio para as pessoas, não para a associação. Depois, as pessoas dão para a associação, que vem se beneficiando, há décadas, do sistema de transporte de Porto Alegre. Eram tudo empresinha pequeninhas que tinham alguns bairros onde operavam, e hoje estão aí, são grandes empresas. Não sou contra grandes empresas, mas faça isso com o seu dinheiro, virar grandes empresas, pegando dinheiro público, pegando dinheiro do povo, qualquer um nesta cidade tem condições. Tenho certeza de que, se o Ver. Mauro Pinheiro tivesse 53 empréstimos no BNDES, teria a maior rede de supermercados na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mas não tem. Os transportadores escolares estão passando uma grande dificuldade, e não vejo o seu presidente falar nisso, os taxistas, os trabalhadores de aplicativos, se tivessem a disponibilidade de recursos públicos seriam grandes empresários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio e demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, quero contar hoje algo que aconteceu comigo neste domingo. Fui num campo de futebol assistir a um futebol de várzea, e um cidadão me procurou e disse ser um ex-cobrador de ônibus e que gostaria de falar comigo. Eu até, num primeiro momento, fiquei receoso, porque, quando nós tentamos votar o projeto

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

dos cobradores na legislatura passada, a plateia estava tomada de cobradores e sindicalistas que nos trataram com uma certa raiva, um certo ódio, dependendo do que eles acreditavam ser melhor para eles naquele momento. A gente até compreende, mas fica receoso. Esse cidadão se aproximou e disse: "Vereador, gostaria de conversar, eu te conheço dos campos de futebol e jogo futebol; e quero te dizer que, naquele dia em que estavam votando, eu estava com muita raiva e muito ódio e gostaria de te encontrar até dentro do campo de futebol, dentro do campo, para chegar junto, porque alguns vereadores e o sindicato nos diziam que, se aquele projeto fosse aprovado, eu perderia o meu emprego e eu estava ali defendendo o meu emprego". Eu disse que não era isso o que nós pretendíamos, e aquele projeto era o contrário, ele iria garantir o emprego, porque dizia, num artigo daquele projeto, que todos os cobradores que estavam exercendo a sua atividade não poderiam ser demitidos e, se fossem demitidos, teriam de ser substituído por outro, pois somente quando se aposentassem, morressem ou pela livre iniciativa saíssem não precisariam substituí-los. O cobrador só não precisaria ser cobrador, e a lei hoje obriga a ter cobrador em todos os ônibus que saem da garagem; tem que ter o cobrador e o motorista, tem que ter a dupla; e aquele projeto era para mudar isso. Então, disse, claro que, gradativamente, isso irá mudar, pois hoje nós temos equipamentos em que o cobrador é obsoleto. Era isso o que aconteceria. E ele me disse: "Pois é vereador, eu acreditei em alguns vereadores e naquele sindicato, e hoje estou desempregado, porque não tivemos essas garantias, e, com a não aprovação do projeto, caiu o número de passageiros, e as empresas demitiram. E eu perdi o meu emprego, assim como outros, até mesmo os motoristas; muitos perderam seus empregos. Eu estava errado, o senhor me desculpa vereador." Eu disse: "Não, tranquilo eu entendo". Aí um outro cidadão que estava próximo me fez uma pergunta: "Vereador, o sindicato e alguns vereadores que eram contrários, agora, estão dizendo que a reforma da Previdência que nós vamos votar, quem votar a favor está votando contra aos trabalhadores. É verdade isso, vereador?" Eu disse: "Também não é verdade". Em primeiro lugar, a reforma da Previdência é somente para os servidores públicos, não atinge o setor privado. O setor privado já é 65 anos, o que se está votando, discutindo ou que se pretende votar na Câmara é o aumento a idade para os servidores públicos, aqueles que fizeram concurso público e que não mais se aposentarão agora e terão todo o cálculo, uma proporcionalidade do tempo, mas vocês já estão na idade

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

de 65 anos. "Vereador, também estão dizendo que para nós não muda nada se votar ou não votar." Eu disse: "Não, não muda em termos, porque esse servidor, se ele se aposenta mais cedo, tem um custo maior para o Estado que vai gastar mais com esse servidor e é menos dinheiro..." "Ah, mas se é o Estado quem paga, não muda nada na minha vida." Claro que muda, muda porque, na tua vida, tudo o que tu compras no mercado, o feijão, o arroz, o pão, em tudo, tu pagas imposto. Esse imposto é para pagar essas despesas que o Estado está criando. Então, se o Estado economiza, tu vais precisar pagar menos impostos ou vai sobrar mais dinheiro para a Prefeitura fazer benfeitorias. Se na tua rua hoje não tem esgoto, é porque não sobra dinheiro para botar o cano, talvez, fazendo essas mudanças necessárias na cidade, o prefeito tenha dinheiro para arrumar esse cano que está na frente da tua casa, esse esgoto que corre a céu aberto; vai sobrar dinheiro para aumentar o número de médicos no posto de saúde. É por isso que nós, vereadores, queremos aprovar a reforma da Previdência, para que sobre mais dinheiro para atender à população, como um todo, e não para privilegiar um número menor de pessoas, que têm todo o direito de reivindicar, pois, afinal de contas, os servidores públicos também são trabalhadores. Agora, não podem ser trabalhadores que tenham mais privilégios do que vocês que trabalham 10, 12 horas por dia, sábado, domingo, no comércio, nos ônibus. Portanto, quem defende a reforma da Previdência, na verdade, defende todos os trabalhadores e não é contra os trabalhadores. Portanto, eu votarei a favor da reforma, porque sou a favor de uma cidade melhor e votarei pelo todo. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos em liderança, solicito que seja feita a chamada nominal para o ingresso na Ordem do Dia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Presidente, o Ver. Idenir Cecchim fez um requerimento para entrarmos no Ordem de Dia. Eu me inscrevi para encaminhar esse requerimento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, vereador, nós tínhamos feito um requerimento de ofício para invertermos a ordem dos trabalhos. Agora, pela cronologia,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

temos de entrar na Ordem do Dia. Tendo em vista o encaminhamento do Líder do governo, foi retirado o encaminhamento de inversão da ordem dos trabalhos. Então, a ordem dos trabalhos segue naturalmente, e o normal da ordem dos trabalhos é ingressarmos, agora, na Ordem do Dia, depois, teremos a Pauta.

Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal, para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (15h09min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Idenir Cecchim (Requerimento) (MDB): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PELO nº002/20 na priorização de votação da presente sessão, e que seja a primeira matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, eu tenho respeito pessoal e amizade com o Ver. Idenir Cecchim e respeito o requerimento de V. Exa., mas quero deixar muito claro que temos lados muito opostos nessa questão. E digo o seguinte, Presidente: nós sabemos que, se o governo está pedindo, deve ter havido alguma alteração na questão das intenções de voto aí. E sabemos muito bem qual é a posição da Direção do PDT, de V. Exa., do Ver. Mauro Zacher. Então, isso nos remete ao meu amigo e colega de mais de 30 anos, bem mais de 30 anos, ao Ver. Airto Ferronato, a quem eu faço um apelo: que se for dar esse voto, se for mudar o seu voto, depois do que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

ouviu nesta Casa, depois que foi até ofendido aqui, que não o faça no dia de hoje, que nos permita conversar. Porque, o que é que o governo faz? Qual é o movimento que o governo faz neste momento, Ver. Aldacir Oliboni - com quem conversei? O governo sabe que não adianta desarquivar o projeto do Marchezan, porque a emenda àquele projeto já tem parecer jurídico contrário, dentro do projeto, e não se sustenta como lei, não dura uma semana como lei, se for sancionada. Não dura uma semana. Então, o governo só tem este. Mas é interessante os servidores perceberem e saberem, mesmo aqueles setores de servidores que estão querendo este PELO por medo de um desconto maior, que esse medo é inócuo, é uma ilusão, é criado pelo governo, ele não existe na prática. O medo é uma ficção, é uma *fake news* o medo, porque o projeto desarquivado do Marchezan tem problema jurídico insuperável. E as emendas colocadas nele não vão se sustentar em cima de um projeto que não pode tramitar, não pode ser votado. Portanto, não há sentido algum em cair na chantagem governista de que outro seria pior, e, portanto, se aprovaria o PELO. Ora, o PELO é o pior; o outro não existe! O PELO, comparado com o que não existe, portanto, é o pior de todos! Votar no dia de hoje é uma temeridade. É um ataque brutal ao serviço público, aos servidores. Imagine, Ver. Aldacir Oliboni, que disposição vai ter a servidora, o servidor lá na ponta, que trata com a saúde, com a Covid, ao saber que ele foi atacado em seus direitos mais básicos e fundamentais; ele, que defende a população. O Ver. Mauro Pinheiro falou aqui há pouco que os trabalhadores não terão prejuízo. É claro que terão! Em geral, a cidade toda terá prejuízo! Desmotivando milhares de servidores municipais, atacando os seus direitos, o prejuízo é de toda a cidade. Qual motivação vai ter um servidor público que não tem qualquer reajuste salarial, nem da inflação, há cinco anos e ainda vai ter os seus direitos, agora, atacados brutalmente? Quando o governo fala que vai sobrar dinheiro, mas com relação a esse dinheiro que vai sobrar, o governo vai investir em alguma coisa de reposição salarial dos servidores? Vai investir no combate à Covid-19? Não! Não! Isso é para dar dinheiro aos empresários de ônibus; isso é para beneficiar empresários em geral! Não vai mudar nada para Porto Alegre no sentido positivo, a não ser no negativo! O negativo é que o servidor vai ficar, obviamente, desmotivado. Quando as pessoas não recebem nada, são desconsideradas, atacadas verbalmente, e, agora, atacadas nos seus direitos, Presidente Márcio Bins Ely, é brutal a desmotivação! É muito ruim o que o governo está fazendo, é muito negativo. E ameaça! Não sejam ingênuos!

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

Ameaça com um projeto impossível de tramitar, que é o projeto do Marchezan, o PLCE nº 018, aquele que é impossível de tramitar! Ele não pode tramitar! Portanto, é uma ameaça totalmente inócua, não tem sentido, mas não pode fazer a cabeça das pessoas. Sabemos o que aconteceu aí em todo esse período, nós sabemos a brutalidade do governo em todos os aspectos. Sabemos da força do governo, mas da brutalidade também com que o governo enfrenta essa questão contra o serviço público, contra os servidores. E nós não podemos permitir que isso ocorra. Por isso, respeitosamente, com relação ao Ver. Idenir Cecchim, eu sei que ele está aí no papel de liderança de governo, digo que o governo não tem esse direito de prejudicar uma cidade inteira.

Concluindo, este projeto, se aprovado, prejudica a cidade inteira, prejudica os servidores, desmotiva os servidores e Porto Alegre paga o preço disso. E isso é trágico, isso é muito ruim e revela uma forma de comportamento do governo - que nós já denunciemos aqui - que se mantém cada vez pior. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Infelizmente, não é uma sessão direta, pelo Canal 16, e muito pouca gente tem acesso a essa grande sessão que, neste momento, é surpreendida por um requerimento feito pelo líder do governo nesta Casa, Ver. Idenir Cecchim, para que seja votado um projeto de lei em relação ao qual nem 2% dos servidores tem acordo, porque as entidades que teriam dado um certo acordo representam em torno de 550 servidores. Lamentavelmente, o governo adota uma atitude radicalizada; tentou, segundo ele, operacionalizar um diálogo produtivo, mas, infelizmente, a grande maioria dos servidores públicos e das entidades se posicionou contrariamente. Retirado da priorização da ordem do dia na semana passada, agora somos surpreendidos, Ver. Pedro Ruas, colegas vereadores e vereadoras, por um requerimento do líder para que seja votado hoje, intempestivamente, eu diria, algo que prejudica a vida do servidor público no que mais ele

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

luta, que é, no futuro, ter uma aposentadoria que dê condições a ele de sustentar a família e prosseguir a sua vida na defesa da saúde e da educação dos seus filhos, e assim por diante. Imaginem, senhores e senhoras, neste momento o que está pensando o servidor público que há cinco anos não recebe a reposição salarial, com os salários completamente arrojados, e, de repente, vem um projeto de lei numa possibilidade de, além de continuar sem uma política de reajuste salarial, de aumentar o tempo de aposentadoria para alguns em até sete anos. E aí, nós que somos eleitos por parte deles, do povo de Porto Alegre, temos que ver atitudes antidemocráticas como esta, neste momento em que o cidadão não pode entrar na Câmara, não tem acesso ao plenário, não tem possibilidade de dialogar com as bancadas, com os vereadores, e os vereadores tomam uma posição desta natureza para aprovar não só o requerimento agora, como o projeto ora apresentado pelo governo, pois se tem uma obviedade nesse momento de que, assim que priorizado, o governo mostrará que tem então a maioria para aprovar o projeto de lei. Claro que é um apelo que nós fazemos para poder aumentar esse tempo de debates, para podermos saber se, de fato, o governo fez esse diálogo com os servidores, com as entidades, e para nós o fato de estar encaminhando o requerimento é muito duvidosa, porque nós não temos nenhuma informação de que houve um acordo com os trabalhadores, com os servidores, de votar o projeto de lei ou de que houve algumas emendas que atendam esse apelo do servidor público. No momento nos surpreende tamanha ousadia, e vou reafirmar aqui: o governo Melo caminha para o isolamento, caminha para um desgaste enorme e leva com ele os partidos que ora estão dando sustentação. Lamentavelmente, é uma posição radicalizada, antidemocrática que nós estamos vendo nesta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de sua autoria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Pedro Ruas, retribuo as palavras generosas de V. Exa.; a recíproca é verdadeira na relação pessoal que temos. Na realidade, nós pedimos a votação desse projeto da Previdência para hoje para dar oportunidade que se vote algo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

melhor para o funcionalismo, para os ativos e inativos. Todos entenderam, e nós também entendemos, que é muito melhor a reforma da Previdência do que a alíquota de 22%. Todos nós entendemos, a população também entendeu, por isso esta oportunidade de podermos votar, de podermos escolher aquilo que é melhor para o funcionalismo. Quero dizer que estamos preparados para sermos democráticos: que vença a maioria, que vençam aqueles que pensam no depois de amanhã. Não digo nem amanhã, mas no depois de amanhã; nós precisamos pensar no hoje, no amanhã e no depois de amanhã, e é isso que vamos fazer hoje, aqui, nesta tarde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Nosso encaminhamento é contrário ao requerimento proposto pelo governo. No nosso ponto de vista, sempre é importante retomar o debate da dívida que existe da previdência dos servidores do Município é uma falácia, o Previmpa por si só não é deficitário, o que existe é uma dívida anterior ao Previmpa e que, sim, deveria estar sendo debatido e considerado inclusive no programa do governo, o Renova POA, que quer garantir isenções, perdões e renegociações de dívidas do Município. Então, para determinados segmentos da sociedade, nós construímos programas para tentar amenizar a crise econômica e financeira, mas para os municipais de Porto Alegre, que estão passando por um processo muito grande de ataque e de desmoralização, visto que estamos em plena pandemia e são esses os servidores que garantiram o acesso aos direitos mais básicos da população neste momento de calamidade de Covid-19, é um desrespeito gritante a gente ter que estar subindo nesta tribuna para, ao invés de garantir direitos e melhor qualidade de vida e de trabalho para esses servidores, a gente ter que estar aqui debatendo se eles vão ter um confisco do seu salário de até 25% como está sendo apresentado pelo governo. É um absurdo! Nós entendemos que essa dívida que existe tem que, sim, ser pensada, renegociada e rediscutida, mas que os grandes devedores do Município arquem com isso. Chega de tirar de trabalhador, chega de tirar daqueles que estão lá na ponta garantindo a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

escola aberta, garantido a merenda, garantindo o desentupimento do esgoto, garantindo a poda das árvores. Até quando a gente vai colocar a conta da crise nas costas dos mesmos? Uma categoria que está sem reajuste salarial, uma categoria que está trabalhando em condições cada vez mais precárias, visto o desmonte do Estado brasileiro que está acontecendo aqui também no Município de Porto Alegre, e sempre encaminham projeto para esta Câmara para tirar dos mesmos. Isso é um absurdo, e nós não podemos ceder a esse tipo de barganha, por que para os empresários da cidade, tudo: Projeto Renova Já, vamos renegociar, vamos rediscutir, e para os servidores é ajuste e mais ajuste. Não podemos aceitar! Neste sentido também quero saudar a mobilização da categoria que conseguiu segurar a primeira parte da reforma da Previdência. Esta segunda parte, como bem colocou o vereador Pedro Ruas, tem parecer da Procuradoria da Casa, da Câmara de Vereadores, apontando ilegalidades. E aí também, para quem está nos assistindo em casa, é interessante a gente perceber que tem determinados pontos em que ele se agarram na burocracia, na ilegalidade, na inconstitucionalidade, mas tem outros projetos de interesse do governo para manter esta situação de exploração e opressão dos mesmos que não, aí não importa se tem ilegalidade, aí não importa parecer prévio da Procuradoria da Casa, vota de qualquer jeito. Então é legal para as pessoas entenderem como funciona a nossa democracia no Município de Porto Alegre: quem tem a bola decide o jogo, e os servidores que lutem. E vamos lutar, sim, porque esse é o nosso papel. Todos os direitos que a gente teve foi com luta, foi com greve, foi com mobilização, então é importante saudar a categoria que está atenta a essa manobra que está acontecendo hoje no plenário para a gente conseguir dialogar com nossos pares e para fazer o que a gente faz melhor: lutar por dignidade respeito. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, aqui estou depois de um ano e três meses. Cá estou eu para discutir, talvez, o tema mais importante da história dos meus 32 anos de Câmara:

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

um Projeto de Emenda à Lei Orgânica que define nova idade mínima para a aposentadoria do servidor e o tempo de contribuição, e este projeto altera em nada a situação dos aposentados e pensionistas da Prefeitura, que são, aproximadamente, pouco mais de 15 mil servidores. Assumi o serviço público no dia 22 de novembro de 1975, nada menos que, hoje, 15.635 dias, ou 45 anos e 7 meses; e agora nós estamos discutindo se vota hoje ou não o processo. Nesses meus tantos anos de Câmara, que são décadas, é a primeira vez que me encontro como me encontro: sou eu quem decidirá o destino de 30 mil servidores públicos e as suas famílias. E, convenhamos, acredito que nenhum de vocês gostaria de estar nas condições que estou. Portanto, a responsabilidade desse meu voto é a maior de todas. Como não sou de me esconder, vou votar. Muito bem, então, eu quero me dirigir aos servidores públicos, aposentados, pensionistas, servidores da ativa, para dizer que me compreendam, cá estou eu. E sou eu e só eu que definirá o que se poderá votar hoje ou segunda-feira, para mim, não tem problema. Muito bem, eu quero registrar que eu sou um vereador independente, sempre fui. Eu não sou daqueles que acham que a base vota sempre “sim” e a oposição sempre “não”. Se isso é de acontecer, terminamos com as Câmaras, pois a base vota “sim”, e quem é contrário vota “não”, está resolvido o problema, com dois vereadores estaria resolvido. Éramos, originalmente, todos contra a reforma, quando aqui chegou o projeto. E nós — eu, do PSB; a Cláudia, do PSD; Ver. Mauro Zacher e o Márcio Bins Ely, do PDT; e, inclusive, para bem da verdade, o nosso amigo, Ver. Mauro Pinheiro, do PL — dizíamos que queríamos normas de transição no PELO n.º 002/20, e conseguimos. Depois de apresentadas essas normas, chegaram mais algumas coisas. Pediram-me para fazer uma subemenda, participamos, participei, capitaneei quase todas, desde a primeira até a última, e foram aceitas quinze propostas que nós apresentamos. E quero registrar que já estão começando a surgir aí mensagens um tanto quanto agressivas, mas eu respeito, não tem problema nenhum. Na semana retrasada, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, servidores e servidoras, eu recebi no meu gabinete a visita de um comandante do Simpa, acreditem ou não, que me disse assim: “Ferronato, tu tens razão, continua com aquela tua ideia da negociação, porque tem muita gente assustada”. Lá no início, faz tempo. E eu sempre digo que é preciso negociar, quando se está perdendo, precisamos mitigar as perdas, radicalizar é perigoso. Repito, na semana passada, recebi a visita de um comandante do Simpa me pedindo que votasse e que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

continuasse as negociações, porque tinha muita gente apavorada. A última mensagem que eu li, hoje, no WhatsApp – recebi milhares por dia, telefonemas de A e B, todo tempo, sei que, nessa minha responsabilidade, vou agradar uns e desagradar outros tantos -, foi a seguinte: “Ver. Ferronato, bom dia, a respeito das diferenças entre a reforma a ser feita pela Lei Orgânica, com suas emendas e subemendas, e a reforma a ser feita por Lei Complementar, com apenas 19 votos, teremos muitas perdas caso o senhor não ajude aprovar o PELO n.º 002/2020. Teremos muitas perdas, e será menos pior, aprovar o PELO n.º 002/20. Por isso, peço que vote no que é melhor para os servidores: ‘sim’ ao PELO. Abraço” – Assinou Fulana de Tal, enfermeira, eu não a conheço. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que o servidor se deu conta e começou a compreender que eu estava certo desde o primeiro dia. Temos servidores favoráveis, e temos servidores contrários. Uns acham que precisamos votar no PELO n.º 002/20, e outros acreditam que precisamos apostar no futuro. Portanto, é uma observação que precisamos ter em mente: o que é melhor para o servidor público. Para mim, o pior dos mundos para o servidor é a votação da reforma só por Lei Complementar. Meu ilustre amigo, Pedro Ruas, respeito a sua posição, não acredito que precisamos votar hoje não, podemos votar segunda-feira. Agora, com meus 32 anos de Câmara, sei o seguinte: é preciso votar o Projeto de Emenda à Lei Orgânica, que não altera a situação dos aposentados e pensionistas, antes de segunda-feira, ou até segunda-feira, Ver^a. Reginete Bispo, sabe por quê? Porque se nós não votarmos até segunda-feira, com toda certeza, a Lei Complementar entra na quarta. E meus caros servidores, essencialmente meus eleitores, vocês não têm força, nós não temos força para rejeitar a Lei Complementar. Muito bem, para o voto que darei no projeto, eu estudei bastante, ouvi bastante, escutei muita gente, estive em todas as reuniões, das entidades que me convidaram, todas. Portanto, eu estou com a consciência tranquila de que estou fazendo aquilo que sempre fiz durante 32 anos. Aí, eu recebi críticas aqui de toda ordem, principalmente dos vereadores da base, me dizendo da corporação, que é feio a corporação. E eu tenho respondido: 36 vereadores desta Câmara têm a sua corporação onde defende, o que defende, e eu defendo, sim, a cidade, mas também estou lado a lado do servidor público. Compreendam-me, estou nessa dura e difícil tarefa, mas acredito, acredito não, tenho certeza, eu preciso estar votando com a razão, com tranquilidade, compreendendo a dureza do Projeto de Lei Complementar. Eu falo depois mais alguma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

coisa, mas, por enquanto, é isso, me entendam, me compreendam, me elogiem, me critiquem, agora, tenham a certeza de que, desde o início das discussões, eu defendi a ideia da negociação, participei de todas as negociações que acreditaram. Repito, a Cláudia, o Zacher, o Márcio, eu, e lá no início, o Mauro Pinheiro, nós conseguimos conquistas desde a primeira, Ver. Mauro Pinheiro, até a última, que vou adiantar agora – não queria falar agora -, na segunda-feira, eu disse para o governo: estou inclinado a votar favorável, desde que aumentem, no mínimo uma coisa de duas, a isenção para três salários mínimos de contribuição, ou/e aumento na pensão. E o governo combinou comigo que a pensão não será mais de 50%, como está na Lei Complementar, será de 60%, no mínimo. É por isso que eu estou aqui hoje, eu estou escondido da pandemia, mas hoje nem a pandemia me segura, em razão do que eu preciso dizer ao povo de Porto Alegre. Vamos tratar com toda a atenção propostas de lei que mudam a vida de 30 mil pessoas e suas famílias, e nós precisamos ter em mente também que 50% são aposentados, a maioria, e se nós não olharmos com carinho, nós colocamos todos na mesma bolsa, e serão altamente prejudicados. Eu estudei a matéria, sei a matéria, discuti a matéria, refleti, pensei e estou aqui para dizer isso. Abraço, até depois, falei bastante, mas vou voltar a falar depois.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Ferronato. Uma questão de ordem, Ver. Pedro Ruas?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, muito obrigado. O Ver. Ferronato referiu meu nome. Em primeiro lugar, quero dizer que se respeita a posição do Ver. Ferronato, e ele não será xingado, ofendido por mudar de posição, tenho respeito pelo vereador e amizade também. Mas quero dizer...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Pedro Ruas, é uma questão de ordem?

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É que eu fui mencionado num aspecto específico. O aspecto é o projeto de lei complementar do prefeito Marchezan. Ele jamais poderia ser votado na quarta-feira, como disse o Ver. Ferronato, e se fosse, não teria validade a lei, porque já há parecer jurídico pela sua inconstitucionalidade. Era isso que eu queria registrar, obrigado, Presidente Cecchim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Abro para questão de ordem; se não, vou cortar o microfone.

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Quero solicitar a entrada de três representantes do Simpa. A gente teve, há alguns dias, policiais que entraram, professores que entraram, eu acredito que não tenha nenhum problema. É a Casa do Povo, as pessoas pagam impostos, podem ter direito de a sua categoria estar representada! Esses trabalhadores que estão tendo seus direitos retirados têm o direito de pelo menos assistir o que está acontecendo aqui dentro.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada vereador. Decisão da Mesa: não tem ingresso! Pois não, Ver. Jonas.

Vereador Jonas Reis (PT): Uma questão, Ver.^a Nádia, que neste momento, agora, nos últimos dez segundos, começou a presidir a sessão: este requerimento foi feito pelo líder do governo, Ver. Cecchim, e ele foi dirigir a sessão, num requerimento que ele fez. Por que a Mesa fez isso? E ele não contou o tempo do Ferronato, que falou 10 minutos. Nós também queremos 10, 20 minutos! Por que a Mesa não contou o tempo do Ver. Ferronato? O Ver. Ferronato acabou de declarar que está com o governo – foi isso que eu ouvi? –, e o governo estava dirigindo a Mesa...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Jonas. Está anotada sua questão de ordem.

Vereador Jonas Reis (PT): Isso é um desrespeito ao Regimento da Casa, isso é um desrespeito!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada. Ver. Jonas, o senhor já fez a sua questão de ordem. Sim, Ver. Aldacir Oliboni, pode falar.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente em exercício, Ver.^a Nádia, muita calma nesta hora, é preciso respeitar, sim, a legitimidade, portanto tem definição da Mesa que cidadãos e cidadãs atingidos pelo projeto de lei podem estar no plenário – é o primeiro aspecto. Segundo: gostaria que a Diretoria Legislativa... A Mesa da presidência está vaga, não tem ninguém na cadeira, não consigo visualizar ninguém. (Pausa.) O.k. Nobre Presidenta, eu gostaria que o diretor legislativo pudesse falar sobre o rito de votação, como é um projeto de emenda à Lei Orgânica – PELO, votando o requerimento do Ver. Cecchim, hoje haverá a primeira discussão. Quando se dará a segunda discussão? Ela se dará num prazo de 10, de 15 dias, qual será a segunda sessão? Isso é importante, por quê? Porque numa atitude de um requerimento – a Presidenta está me ouvindo?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Sim, Aldacir, pode falar, estou prestando atenção e já pedindo para o diretor lhe dar a resposta. Pode continuar.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Num requerimento tempestivo, vamos dizer assim, é importante informar ao servidor público que, como se trata de um Projeto de Emenda à Lei Orgânica – PELO, sua votação não se encerra hoje; inicia-se a votação hoje. Portanto, é importante que nesse processo não se tenha total conclusão numa sessão e ser votado o restante, ou o segundo turno, na sessão subsequente, isto é, na segunda-feira. É preciso um tempo razoável para discutir com as entidades nesse sentido. Este é o meu requerimento.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Oliboni. Já solicitei ao diretor legislativo que lhe passe essa informação, muito relevante, inclusive parabéns pela sua questão de ordem, pelo seu posicionamento.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Que passe ao plenário, é importante todos ouvirem.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Sim. Por favor, diretor, o senhor pode fazer a explicação solicitada pelo Ver. Oliboni?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. Respondendo, então, a questão levantada pelo Ver. Oliboni, a votação dos Projetos de Emenda à Lei Orgânica é feita em dois turnos. No caso da Lei Orgânica de Porto Alegre, a previsão é que entre os dois turnos tenha um interstício de dez dias. Então, se votado hoje, começarão a contar, a partir de amanhã, os dez dias para que, a partir de então, transcorridos esses dez dias, possa ser feita a votação do segundo turno.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Muito obrigado, Presidente. Hoje não se vota, apenas se discute, é isso?

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Oliboni, nós estamos votando o requerimento de inclusão do PELO nº 002/20 na Ordem do Dia. Se o requerimento for aprovado, ele vai tramitar normalmente, vai ser discutido, encaminhado e votado. Aliás, as discussões já estão encerradas – me corrige o diretor –, é só encaminhamento. Vai ter encaminhamento de votação.

A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde Presidente, colegas e quem nos acompanha. Venho aqui a esta tribuna para, de forma muito indignada, colocar o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

posicionamento contrário a este requerimento, porque esse é um ataque absurdo aos trabalhadores, sequer foram permitidos de construir esse debate. Isso é inadmissível, nós não vamos fazer parte desse movimento que retira direitos e ataca os trabalhadores de forma covarde, sem nenhum precedente, utilizando-se de tratativas espúrias e obscuras e, mais uma vez, eu digo: covardes. Em definitivo, nós não vamos permitir que isso seja feito dessa forma, Presidente, e acho que, com todo o respeito que eu tenho aos colegas vereadores e vereadoras desta Casa, que são legítimos, tanto quanto eu, quero dizer que, em definitivo, isso não pode ser permitido. Nós temos projetos que são de extrema importância para este momento da Covid, são de extrema importância, que pautam desigualdades, que falam necessidades primárias básicas e que não estão sendo votados aqui, porque as prioridades são outras, porque, em definitivo, assim a gente vê qual é o alinhamento. Nós estamos à disposição para fazer essa construção, mas não tem diálogo, e, se não tem diálogo, nós não vamos ser coniventes com essa covardia, com esse ataque, mais uma vez eu digo, espúrio e obscurantista diante das questões mais necessárias tanto para o servidor público como para a população que está sendo atacada de forma muito covarde, é isso que vocês são a partir do momento em que não pautam as necessidades básicas do Município. Nós temos projetos, estamos falando da necessidade de uma população que sofre, ainda estamos num período de Covid! Diante disso, o que se faz? Uma manobra, com base em chantagem, e se coloca na prioridade da forma como se quer, o projeto que bem se entende necessário. Não seremos coniventes, a bancada do PCdoB reafirma o compromisso com a verdade e com o trabalhador. É isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Cheguei agora, vejo questões de ordem pelo *chat*, elas já foram encaminhadas? (Pausa.) Todas as inscrições para encaminhamento foram respeitadas democraticamente, todos que se inscreveram se manifestaram, vamos votar, então, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, votei "não", porque é um desrespeito com a cidade. Não avisaram e fizeram na surdina, porque não queriam que os servidores estivessem aqui na frente. Tem medo de servidor público, esse é o medo do governo, medo de quem trabalha. Por isso, votei "não".

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, em 1º turno, o PELO nº 002/20. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Vereadoras, vereadores, público que nos assiste, este é um momento dramaticamente histórico para a nossa Casa, a Câmara Municipal, porque hoje, com as ideias de manobra do governo, eles conseguem colocar em votação e, ao que tudo indica, têm os votos necessários para aprovar uma reforma nefasta para os servidores públicos, para o serviço público em geral. Aliás, não é demais repetir que o que o governo faz é sistematicamente atacar o serviço público: quer a extinção, na prática, da Procempa; quer privatizar a Carris; quer atacar os direitos dos servidores. Como pensam que vão trabalhar os servidores municipais lá na ponta, no combate à Covid-19? Eu já disse isso hoje, sem motivação alguma. Atacam os seus direitos básicos fundamentais, com base numa chantagem: "Ah, não querem assim? Então virá assado"; "Virá uma alíquota de 22%, 25%, 28%" – chegou a ser ameaçado isso da tribuna. Mas isso é garganta, isso é *fake news*. Jamais poderia haver, tem parecer jurídico nisso, não teria valor a votação. Qualquer ADI, a antiga ADIn, acabaria com essa legislação sem sentido. Não existe projeto de aumento de alíquota por vingança, como já foi dito. Então, é inacreditável que nós possamos cair – e aqui eu me refiro, com todo o respeito, ao Ver. Ferronato –, por ingenuidade, na chantagem do governo: "Ah, se não for assim, será pior". É que o pior ele não pode fazer; então é uma chantagem fria, é ameaçar com a faca de papel; mas a faca é de papel, não tem nada. O que vai acontecer hoje, sim, é dramático, é muito ruim, é muito negativo. A nossa orientação – eu falo aqui como líder

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

da oposição – é votar contra o projeto e votar contra as emendas, porque isso que está acontecendo é inaceitável, é um absurdo; aliás, é inacreditável que esteja acontecendo. Eu não vou deixar de lembrar que este governo que ataca o serviço público é o mesmo que não combate a Covid-19, que não ataca a pandemia, que não teve um único projeto encaminhado, em meio ano de governo, para a Câmara Municipal para o combate à Covid-19. Não teve um único projeto! Todo Executivo pensando – aliás, não pensam nisso –, e a única conclusão é que aglomerar é bom porque o comércio tem que funcionar, e a aglomeração é inevitável. O comércio poderia funcionar, sim, sem aglomeração. Então é uma situação dramática que vive Porto Alegre. Já disse, Porto Alegre e Lajeado estão puxando a estatística do Rio Grande do Sul, que hoje tem o pior índice de óbitos do País: 5% de óbitos a cada 100 infectados, contra a média nacional de 2,8. E não tem projeto contra a pandemia em Porto Alegre, mas tem contra o serviço público, tem contra os servidores – e é o que votaremos agora. Na quarta-feira, mais alguma coisa desse tipo; na outra semana, mais alguma coisa. Contra a pandemia, não haverá ninguém. E mais: os vereadores que tanto argumentam que seria pior aumentar alíquota garantem que essa alíquota não vai aumentar? Garantem? Porque, passado o projeto, até isso pode ser mexido, até isso.

Então encaminho aqui pela oposição, Sr. Presidente, contra esse projeto, contra as emendas que o acompanham, porque agora ficou tudo a mesma coisa, ficou tudo parte da mesma manobra. E nós temos que demarcar, nós temos que mostrar quem é quem em cada situação. Eu sempre respeitei as posições divergentes das minhas, não deixo de fazê-lo, mas defendo com veemência as posições que acredito, basicamente buscando a melhoria para a cidade e justiça social. O que nós vamos ter é um enfraquecimento dramático do setor público; dramático, injusto e brutal, um prejuízo para a cidade. O nosso voto é contra tudo o que vai aparecer agora aí. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 002/20.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

VEREADOR JONAS REIS (PT): A nossa cidade, mais uma vez, violentada. O povo de Porto Alegre, mais uma vez, atacado, Ver. Matheus. A destruição do serviço público, Ver.^a Mônica, em curso, porque a senhora sabe que não existe serviço público sem servidores. Nós estamos indignados com essa forma sorrateira, mesquinha! É indignante – um copo de água, por favor, peço à assessoria – ver que quem constrói a escola pública, as professoras, Ver. Leonel Radde, do PT, terão que trabalhar mais sete anos para se aposentar, enquanto a vice-líder do governo se aposentou com quase 47 anos de idade e ganha R\$ 31 mil, exorbitantes, por mês. Ver. Janta, ela ganha trinta e um... (Problemas na conexão.) ...por mês, como tu disseste outro dia aqui. Trinta e um mil reais, por mês, como aposentada, e vem aqui fazer com que as mulheres municipais tenham que trabalhar por muito mais tempo. É este o governo Melo: para os governistas tudo; para o povo e para os servidores nada! Nada! E o pior de tudo, Ver. Pablo Melo, o senhor que é filho do Sebastião, trabalham com *fake news*, eles mentem em todos os cantos que tem déficit da Previdência, servidor Mário Fernando, aposentado do DEMHAB, que está aqui assistindo! Eles mentem que a Previdência, que os servidores bem administram, onde há R\$ 3 bilhões, precisa de mudanças, que lá não vai bem. Está aqui também o diretor-geral do Previmpa, que não tem vergonha em servir a este governo que violenta os garis, que violenta os servidores do saneamento, que violenta as trabalhadoras da assistência social, que garantem aos que estão em alta vulnerabilidade um pouco de dignidade todos os dias. Mas, para os do colarinho branco, isso pouco importa. Por isso eles querem, Ver.^a Reginete, do PT, tirar direitos. A senhora bem disse que essa reforma é contra as mulheres, e, de fato, ela é uma reforma machista, misógina. Mas os negócios do governo têm outros interesses, sim. Em vez de o governo trabalhar para trazer recursos federais, em vez de botar seus 800 CCs para construir políticas públicas, ele libera o ponto dos secretários – secretários adjuntos e outros tantos não têm ponto –, saiu no DOPA. Não precisam bater ponto; estão é batendo sola pela cidade. Será que estão trabalhando por você, cidadão? Tenho dúvidas, muitas dúvidas. Mas o servidor continua batendo ponto e, além de bater o ponto, agora terá a destruição das pensões, terá a destruição de uma carreira! Era a pá de cal que faltava. O Melo trouxe inverdades na campanha. Não cumpriu o que prometeu, não, Ver. Airto Ferronato! O senhor veio aqui na tribuna dizer que vota com o governo, mas esquece que este governo mentiu para Porto Alegre quando disse que faria diferente do Marchezan. E

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

pegou o PELO do Marchezan, Ver. Idenir Cecchim! Vocês conseguiram desenterrar o falecido governo Marchezan, esse corpo em putrefação há mais de seis meses. Vocês desenterraram o corpo do governo Marchezan e colocaram ele aqui no plenário para feder para toda a Porto Alegre. Abraçaram os neoliberais. A Prefeitura virou um balcão de negócios e agora estão negociando o direito de 30 mil servidoras e servidores que, de cabeça erguida, todos os dias, vão às escolas, postos de saúde, hospitais, SAMU, saneamento, DMLU, limpeza urbana - esses estão sendo vilipendiados! Nós, do PT, o partido das trabalhadoras, Ver. Aldacir Oliboni, nosso líder, Ver.^a Reginete, Ver. Leonel Radde, Ver.^a Laura, que está em licença, não vai calar, não nos calaremos e não vamos deixar este plenário se agachar. Não vai se agachar a Câmara de Vereadores para o prefeito! Isso aqui não é um puxadinho, Ver. Idenir Cecchim! Isso aqui não é um puxadinho do Sebastião! Sebastião, respeite a autonomia da Câmara! Sebastião, respeite Porto Alegre, respeite as servidoras, respeite o servidor público, é ele que constrói, em todos os cantos, a política pública. E o papel que vocês, do governo, estão cumprindo, hoje, é um papel vergonhoso. Eu posso até perder hoje, mas me envergonharia se estivesse do lado dos vencedores; teria muita vergonha. A oposição e o PT estão contra este projeto vergonhoso e que não precisa acontecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Sr. Presidente, tem que ser cronometrado o tempo, tem que ser cumprido o tempo de cinco minutos. Estamos contando aqui do plenário e passou de seis minutos a fala do vereador. Estamos observando o cumprimento dos ritos regimentais, porque as regras têm que ser seguidas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Vereador. É de praxe esta presidência dar um minuto para as conclusões, mas estamos atentos e pedimos que os vereadores respeitem os cinco minutos e, no máximo, mais um minuto para conclusões.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Sr. Presidente, aqui o plenário tem a maioria, sempre, de decisão. A Mesa já teve uma decisão de não entrada de pessoas para assistir as nossas sessões, por conta da pandemia. Na última sessão, houve uma solicitação para

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

os professores entrarem e o grande colegiado votou e disse “sim”. Agora, a Ver.^a Bruna Rodrigues coloca para dentro da nossa sessão pessoas que não estão autorizadas, ou, pelo menos, não houve a votação da maioria dos vereadores para autorizar a entrada. E a questão de ordem é que vai entrar dentro desta Casa quem a maioria dos vereadores autorizar e que for decisão da Mesa. Porque não pode acontecer isso, senão, vira a casa da mãe joana. E aqui não é a casa da mãe joana, temos que cuidar isso, porque há mais pessoas tentando entrar e enganando aqui todos os vereadores que estão fazendo o seu trabalho.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, a Ver.^a Comandante Nádia está na Mesa, eu também estou substituindo provisoriamente a Ver.^a Laura Sito, por licença maternidade, embora não tenha direito de voto, mas não estou surdo. A Mesa Diretora, em caso de observar o distanciamento, ela tem que obedecer ao regramento do decreto municipal, que prevê, sim, que se desloque para o plenário quando autorizado pelo Presidente, no acaso agora de uma sessão específica, de que entre um número significativo de até 80 pessoas no plenário, ou, 40 pessoas de cada lado. Portanto, a posição da Ver.^a Comandante Nádia é intempestiva, deslocada e não dialoga com o decreto municipal. Muito obrigado.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Sr. Presidente, fui citada pela Ver.^a Comandante Nádia, acho que ela pensa que só ela é vereadora da Casa. Nas duas últimas sessões, nós tivemos pessoas presentes aqui. Há três diretores do Simpa que estão legitimamente na representação da sua categoria, tem um projeto em discussão que os afeta, acho que esta Casa está acostumada com portas fechadas e com o povo do lado de fora. Uma parcela dos vereadores eleitos aqui dentro são representantes desse povo que está aí. Então, quero dizer, Presidente, que esta Casa não pode se acostumar a não ter as pessoas aqui dentro pressionando, de forma democrática, de forma legítima. Eu quero fazer essa referência, Presidente, porque, na reunião de líderes, nós ampliamos a circulação na Casa. Quero registrar que é necessário que o plenário também faça essas realocações.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, tem uma resolução da Mesa Diretora, referendada pelo colégio de líderes, baseada no documento do Departamento Médico, que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

neste plenário só podemos ter 80 pessoas. Nós estamos com mais de 95 pessoas. Em função de saúde pública e resoluções do Departamento Médico, eu pediria que o senhor agilizasse para permanecer somente esse número de pessoas. Muito obrigado.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Sr. Presidente, uma questão de ordem sobre o tema, e é direcionada ao senhor para saber quais são as medidas que a presidência vai tomar agora para que a gente possa fazer valer, cumprir o que foi determinado pela Mesa e também pelo colégio de líderes. Aqui neste plenário não pode ter pessoas além dos vereadores e suas assessorias. Quero saber se o senhor vai descumprir as normas da Casa, ou então vai providenciar a retirada das pessoas.

Vereador Leonel Radde (PT): Na segunda-feira, tivemos a presença de cinco professores aqui que acompanharam o projeto do governo. Acredito que a gente tem que ter bom senso. A gente não está colocando aqui 400 pessoas dentro da Casa; são pessoas que não querem ter o seu futuro destruído. Se a regra é regra, então não poderia ter exceção de cinco pessoas, não poderia ter exceção de filhos e filhas de vereadores que vêm aqui. Acontece que são três servidores que estão aqui dentro e vocês querem tumultuar. Vocês odeiam o povo, odeiam os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. É um absurdo. Então, por que a gente não consegue colocar o sindicato aqui dentro? É a mesma coisa!

Vereador Jonas Reis (PT): Tem alguns vereadores que estão querendo tumultuar. Nós não devemos tumultuar a sessão. Já tivemos prerrogativas de outros entrando aqui, nesta semana. Entraram os professores, acompanharam de forma muito tranquila, e o que nós estamos vendo é que hoje estamos com o mesmo formato. Os representantes da categoria estão aqui, e eu gostaria que a presidência avaliasse e garantisse que a Casa do povo realmente fosse do povo. O Ramiro está tumultuando muito. Baixa a bola um pouquinho.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tendo em vista as situações encaminhadas, eu peço uma atenção especial da nossa assessoria da segurança. Eu agradeço ao Ver. Cecchim e à Ver.^a Nádia, que presidiram a sessão no momento em que eu estava ausente, portanto, eu não acompanhei as liberações de quem entrou e saiu, mas eu peço que, a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

partir de agora, a restrição à entrada se estabeleça. A partir de agora, fica restrita a entrada, não entra mais ninguém no plenário e quem sair não volta mais. E, por enquanto, em respeito aos que me substituíram na presidência, a gente vai seguir com os nossos trabalhos.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, para nós acompanharmos a sessão, eu solicito que sejam tomadas providências, para que todos ocupem os seus assentos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, vereadoras e vereadores, senhoras e senhores, mais uma vez, a minha mensagem aos servidores e servidoras aposentados, pensionistas e ativos do Município de Porto Alegre. Participamos das negociações desde o início, e, a primeira delas, ficou assim redigida: as regras de transição ficam como está na Lei Orgânica. Segunda: foi reduzida para todos, em cinco pontos, a pontuação necessária para a aposentadoria - anteriormente, eram 100/105, e agora é 95/100. Terceira: foi introduzido o escalonamento do pedágio. Não esqueçam que anteriormente nós tínhamos um pedágio de 100% para todos. Conseguimos baixar, para quem recebe até cinco salários mínimos, para 50%, e para quem recebe de cinco a oito salários mínimos, para 70%, e, mais, com uma trava aos 62 e 65 anos. Nós conquistamos isso! Quarta: foi reduzida a idade mínima em dois anos para aqueles que assumiram a partir 1998 e que têm um grande tempo de serviço. Quinta: conquistamos para todos os servidores capitalizados uma média de aposentadoria de 90% - no PELO nº 002/20 e na lei complementar constavam 100%, o que poderia gerar reduções de até 20% no salário. Não esqueçam. Sexta: o abono de permanência ficou como consta na Lei Orgânica. Estive presente quando negociamos isso também - aliás, em todas. Sétima: isenção para quem ganha até dois salários mínimos. Oitava: no mínimo, 60% para o pagamento de pensões. Com a lei complementar, todos sabem, a proposta era aumentar a alíquota de contribuição para a previdência de 14% para 22%, ou seja, 63% de reajuste. A isenção para quem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

recebe até dois salários mínimos atinge 3.846 servidores. Com a lei complementar, todos os servidores capitalizados se aposentariam com média de até 100%. Nona: para os servidores ativos, com uma alíquota de 22%, hoje, 13.614 funcionários pagam 14%, no máximo; com a alíquota, 7.340 pagarão 14%, e 6.274 pagarão 22%. Os ativos, hoje: 5.818, 0% e 6.043, 14%. Com a alíquota prevista no projeto, 5.746 vão pagar 14% e 6.043 vão pagar 22%. Décima: para os pensionistas, 3.439 que não contribuem passarão a contribuir com 14%, apenas 290 ficarão isentos e 828 pensionistas pagarão 22%.

Eu teria muito mais cálculo a fazer, mas eu quero ir bastante para frente, para registrar a questão da judicialização. Eu pedi um parecer da Procuradoria, e eles responderam o seguinte: em relação ao posicionamento do Judiciário sobre a constitucionalidade das alíquotas, o Ver. Ferronato referiu essa preocupação, nós temos que ver o que o Ministro Barroso alegou, dentre outras coisas.

Para ser rápido e não ficar repetindo, vamos atentar para o seguinte: sem o PELO nº 002/20, votando contra e ficando só com a lei complementar, o servidor vai trabalhar mais, até os 62 ou 65 anos, sem integralidade e paridade, vai ganhar um provento de aposentadoria bem menor, Presidente, e as viúvas vão ganhar uma pensão bem menor.

Portanto, nós estamos mexendo, agora, com o salário de todos, na aposentadoria, péssimo, e, depois, com a morte, horroroso. Por quê? Porque as viúvas, os viúvos e os filhos menores vão ganhar menos pensão. Podem me criticar, mas nós conquistamos alguns avanços.

Então, meu 24º voto é o voto do bem. E, para não correrem risco 30 mil famílias, o voto do bem é evitar um mal maior, meus queridos servidores. Aquele abraço, eu estou convencido daquilo que decidi.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos, eu quero, primeiramente, buscar um diálogo com o Ver. Ferronato, que tem uma responsabilidade muito grande, neste momento, pois, de fato, o voto dele, aqui neste plenário, vai fazer a diferença para a vida de milhares de servidores e também para o conjunto da nossa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

população, que depende, dia a dia, do serviço público de qualidade. Vereador, esse dilema que o senhor está colocando aqui da tribuna, entre o projeto da reforma e o das alíquotas, é falso, vereador. Vejam bem, o projeto das alíquotas, na forma como foi apresentado, vereador, é inconstitucional! O senhor tem muito mais experiência do que eu, mais tempo de parlamento do que eu tenho de vida - estou prestes a completar meus 30 anos, vereador - e o senhor sabe muito bem que um projeto como esse, pautado pelo governo, sob a forma de chantagem, não está dentro dos parâmetros legais para as mudanças previdenciárias do nosso País! Há possibilidades de nós derrotarmos esse projeto, seja pela discussão, aqui dentro, seja pelo o que ainda resta de legalidade, mas, também, pelo apelo que milhares de servidores têm feito nos últimos meses aos vereadores desta Casa, e a responsabilidade está com o senhor, vereador, o senhor sabe muito bem disso, é um falso dilema. O senhor não pode deixar o governo vencer pela chantagem, porque nós estamos com apenas seis meses de governo de um prefeito que se diz pautar pelo diálogo, mas, na hora mais decisiva da discussão aqui dentro, está sendo autoritário e, na sua frente, Ver. Ferronato, permitiu que as lideranças do Legislativo o desrespeitassem profundamente, tentassem desmoralizá-lo frente à população de Porto Alegre. Foi isso o que aconteceu aqui com o prefeito Sebastião Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes, sentados a essa Mesa: chantagem e desmoralização. Nós fazemos um apelo novamente para que V. Exa. não ceda a essa discussão, não ceda, porque, de fato, nós estamos debatendo novamente um projeto em que o governo não mostrou as justificativas reais para que ele aconteça, numa intensa sonegação de dados e falta de transparência. Agora se agrava o problema, porque nós estamos iniciando a discussão do Plano Plurianual e já estamos com um monte de dados, na mesa, disponíveis para as vereadoras e os vereadores desta Casa, que mostram, na verdade, que a Prefeitura está tentando maquiagem o colapso nas suas finanças, maquiagem. Por que não se discutem aqui o que é o superávit, a queda dos gastos com pessoal na cidade de Porto Alegre, disso ninguém fala? Ninguém fala disso? Assim como também não se discute a possibilidade de construir outras alternativas para a justiça econômica na nossa cidade. Tanto se fala em cortar privilégios aqui, mas nós sabemos muito bem que tem privilegiados, tem milhares de grandes devedores nesta cidade, a começar pelos bancos, que têm lucros bilionários a cada trimestre, mas devem milhões aos cofres públicos de Porto Alegre. Nós poderíamos ser vanguarda, neste momento, com uma política de justiça

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

tributária, para garantir mais direitos para a nossa população, para qualificar o serviço público, e nós não estamos fazendo isso. Estamos logo cortando daqueles e daquelas que são estratégicos para o bem-estar da nossa população, essa é a opção que está sendo feita. Com base também no desrespeito à categoria dos trabalhadores municipais de Porto Alegre, porque, neste plenário, hoje, nós temos alguns representantes desse movimento que têm sido atacados de maneira muito violenta pela liderança do governo aqui na Casa também, que deixaram aprovar, pela primeira vez na história, uma moção de repúdio a uma entidade de classe. Uma instituição como a Câmara de Vereadores se prestando a esse papel? Tudo para aprovar uma reforma da previdência, que é uma escolha política e ideológica, uma mentira vendida para o Brasil. Primeiro, aprovaram a reforma trabalhista e disseram que o Brasil ia mudar, não mudou; depois a da previdência, não mudou, e agora essa mentira aqui em Porto Alegre. Ver. Ferronato, o senhor tem muita responsabilidade e saiba que, diante desse falso dilema que o senhor está se colocando, milhares de vidas na nossa cidade podem ser prejudicadas. Ainda há tempo para o senhor pensar, ainda há tempo para a gente construir um outro caminho para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do vice-prefeito Ricardo Gomes.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu, Presidente, acompanho esta Casa há, no mínimo, dez anos da minha vida. Muitos momentos calorosos acompanhei aqui, como assessoria da Ver.^a Jussara Cony, como parte dos movimentos sociais, e é com muita tristeza que eu digo ao povo que nos assiste que esta Casa está de joelhos para o Executivo, que, infelizmente, se acostumou com as galerias fechadas, que acha que aqui o governo é o único que elegeu vereador e que alguns vereadores, inclusive, acham que são os únicos desta Casa. Não interessa se é governo ou se é oposição, todos nós temos o direito de pautar aqui o que é importante e relevante para a cidade, e o povo tem o direito

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

de ocupar essas galerias. Nenhum vereador e nenhuma vereadora vai dizer que o povo não vai ocupar esta Casa. Nós não aceitaremos, Presidente, não interessa que seja o governo ou que seja a oposição, o povo tem o direito de estar aqui, porque nenhum vereador ou vereadora chegou nesta Casa por mérito, chegou aqui, porque foi eleito pelo povo. Este ambiente antidemocrático das portas fechadas está fazendo com que esta Casa se coloque de joelhos para o Executivo, assine cartas em branco e não esteja ao lado do povo no momento que mais precisa. Nós vivemos uma crise econômica, social que tem o serviço público como a única forma de acesso do povo aos serviços e às políticas públicas. É inadmissível que o sindicato, que tem a sua representação legítima, não possa ter representantes aqui, porque, em votações anteriores, como era de consenso do governo, aí podia. É inadmissível, Presidente! O senhor é um democrata, nós não podemos aceitar que esta Casa se acostume com as portas fechadas. Foi o povo que o elegeu, foi o povo que me elegeu. Eu sei muito bem quem eu vim representar nesta Casa, e não tenho medo de diz que diz que. Se vocês conhecessem muito bem a minha mãe, a minha mãe é uma mulher preta muito gritona, me acostumei, Ver. Cecchim, aos gritos, porque, na comunidade, quando a gente quer chamar a vizinha, a gente grita pela vizinha. Então, não tenho medo de grito e menos ainda de intimidação. Venho a esta tribuna dizer que o povo vai, cada vez mais, ocupar esta Casa. Hoje nós somos dez, logo nós seremos muitos mais, porque, cada vez mais, a gente olha para a política e tem a certeza de que ela precisa ser ocupada por povo. Esta Casa não pode só representar empresários, não pode só falar de isenção, tem que falar de creches, tem que falar de auxílio emergencial, precisa falar de aumento da vacina, de que não pode faltar vacina, Ver. Cecchim, tem que falar de transporte coletivo, tem que falar de medicamento nos postos de saúde, tem que falar de abertura de posto que está fechado. Nós não aceitaremos. Nós não aceitaremos e fomos eleitos para fazer parte dessa resistência que elegeu e renovou muitos vereadores e vereadoras desta Casa. Presidente, quero fazer este registro: nós não podemos nos acostumar com a antidemocracia que vigora com braço firme dentro desta Casa. Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas para registrar, por parte desta presidência, que a Câmara não está trabalhando a portas fechadas. Nós estamos seguindo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

a orientação das nossas médicas do ambulatório, e a capacidade máxima do plenário é de 80 pessoas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Obrigado, Presidente. Nós temos tramitando, foi buscado, foi desarquivado o Projeto de Lei Complementar do ex-prefeito Marchezan. Esse projeto continua tramitando. Eu não vi, quando o Ver. Ferronato colocou o que o Ver. Matheus Gomes chamou, com muita propriedade, de falso dilema, o anúncio de sua negociação em relação ao que está tramitando. Na verdade, estão os dois projetos tramitando a partir deste momento. Quando foi aprovado o requerimento, ficaram tramitando o Projeto de Lei Complementar do ex-prefeito Marchezan e o atual PELO, e eu não vi essa negociação de retirada, eu não vi nenhum pedido de retirada, nenhum requerimento. Eu queria que a Mesa esclarecesse essa questão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 002/20.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, há necessidade de esclarecimento. Tem dois projetos tramitando.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim, os dois estão tramitando, vereador. Está esclarecido?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): E vão continuar os dois tramitando, é isso?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Se ninguém retirar, estão os dois tramitando.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É bom que o Ver. Ferronato ouça essa questão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara; ouvir desta tribuna que esta Casa está acadelada, ouvir da tribuna que esta Casa está de joelhos, ouvir da tribuna que esta Casa é chantageada é demais! Esta Casa, nem quando foi invadida por duas vezes, se acadelou. Esta Casa nem quando foi invadida por duas vezes se ajoelhou. Esta Casa faz a vontade do povo, muito bem dito, a vontade do povo. Nós estamos votando aqui o que defendemos. Queremos vacina, e o dinheiro é o mesmo; queremos auxílio emergencial, e o dinheiro é o mesmo. Agora, nós não queremos aumentar a alíquota dos servidores, isso não é chantagem nenhuma, isso é realidade. Realidade no Estado, realidade na União e realidade em mais de 92% dos municípios. Ninguém está fazendo chantagem nenhuma. Ver. Pedro Ruas, os dois projetos estão tramitando, a partir do momento em que um for aprovado, provavelmente o outro cai; ainda mais se for aprovado este PELO. Nós não estamos contra o servidor municipal. Eu, e acredito que grande parte dos vereadores, não ouvimos clamor nenhum a respeito do PELO. Nenhum vereador aqui desta Casa, que não tem vínculo com algum segmento dos municipais, ouviu apelo para não votar o PELO. Nós temos ouvido, e muito apelo! Nós temos escutado e recebido muitos pedidos para não votar o aumento da alíquota, algo que alguns representantes dos servidores querem, mas não falam aqui. A matemática, desde que eu aprendi, lá no Colégio Dr. Oscar Tollens, é uma ciência exata: dois mais dois são quatro, e nunca vai ser cinco. O governo, para aumentar alíquota, precisa de 19 votos – 19 votos –, e alguém, em sã consciência, acha que o governo Melo, que foi eleito por um grande número de partidos, não vai ter os 19 votos? Então assumam aqui! Assumam que não querem fazer a reforma da Previdência, mas querem aumentar a alíquota dos servidores. E não é como dizem, que quem ganha um salário mínimo vai pagar os 22%; não é assim. Será aumentada a alíquota dos servidores numa tabela gradativa, que chegará a 22%. Já tem emendas de 24%, emendas de 28%, eu não sei onde isso é inconstitucional, porque vários estados fizeram isso, várias cidades fizeram isso. É inconstitucional na cabeça de alguém. Porque isso vem lá do governo federal, isso foi feito em vários segmentos da política pública, só que lá se acovardaram, lá se acadelaram, ficaram de joelhos e não fizeram toda a reforma da Previdência, só a reforma dos trabalhadores da iniciativa privada, acreditando nessa dita pressão que diz que tem. Nós já votamos coisa muito pior com esse plenário lotado, e quando não nos deixaram votar, nós

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

votamos em sala de comissão aqui nesta Casa. Porque nós, que aqui estamos através do voto popular, queiram ou não queiram, representamos uma parcela da população, representamos 1,4 milhão de pessoas, porque os restantes, uns 80 mil mais ou menos, devem ter algum vínculo com alguma parte, ouçam bem, alguma parte dos servidores que não aceitam a reforma da Previdência e não conseguem explicar por quê. Porque do sindicato e desses que não aceitam, eu não vi nenhuma emenda aqui dizendo que as pessoas que estão na sua vida ativa podem se aposentar no setor público e podem continuar trabalhando na iniciativa privada. Qual é o médico que não se aposenta e não continua trabalhando, Ver. Cecchim? Qual é o arquiteto que não se aposenta e não continua trabalhando? Qual é engenheiro que não se aposenta e continua trabalhando? Qual é o advogado que não se aposenta no setor público com menos de 50 anos e continua trabalhando? Não apareceu nenhuma emenda limitando isso. Se a pessoa não está apta para trabalhar para a senhora e para o senhor, que pega o ônibus lotado e muitas vezes nem consegue pegar o ônibus, se a pessoa não está apta para trabalhar para a senhora e para o senhor que estão lá na fila esperando atendimento, que estão na fila esperando emprego, que estão na fila esperando auxílio do governo, ela não está apta para trabalhar na iniciativa privada, para trabalhar nos seus consultórios, nas suas empresas. Tem que trabalhar para o povo. Fez concurso público para trabalhar para o povo, tem que trabalhar para o povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Muito boa tarde a todos, Presidente Márcio, colegas vereadores e vereadoras, a tarde de hoje, realmente, será marcada pelo bom debate que nós estamos construindo já há alguns meses. Para mim e para o Márcio, meu colega de bancada, esses últimos meses foram intensos, e aqui eu reproduzo parte da fala do meu colega Ferronato, porque intenso no debate, na possibilidade da construção de um diálogo permanente, no entendimento de que a reforma apresentada pelo governo não é basicamente uma reforma, mas uma simetria da PEC nº 102, e, a partir disso, nós

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

estabelecemos algumas premissas nesse debate, a principal delas é a questão da idade mínima. Nós entendemos que esse debate, essa questão que é basicamente aquilo que altera na Lei Orgânica do Município, é a premissa do debate e uma questão de justiça para todos os trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada, sejam eles do serviço público. Uma questão de respeito e de justiça, e, para isso, então, nós estabelecemos um debate com uma série de entidades e servidores que nos procuraram, com o entendimento de que se passasse, que se fosse aprovado o PELO, apenas mexendo na questão da idade, isso traria uma insegurança jurídica para esses servidores, pois estaria em xeque, por lei complementar, uma série de direitos e conquistas dos servidores ao longo da sua história. Por isso que nós nos colocamos nesse forte fórum de entidades representativas, evidentemente que não eram todas, mas boa parte dos servidores ali representados, para que nós pudéssemos construir com o governo algo que pudesse simplesmente mitigar a reforma, mas sobretudo botar na Lei Orgânica, garantindo direitos como a paridade, a integralidade, abono de permanência e outros tantos que foram incluídos e negociados pelo governo. A partir disso, nós construímos uma emenda, depois uma subemenda, e posteriormente ainda, por disposição nossa, insistência da nossa bancada, a bancada do PSB e do PSD, continuamos ainda a pressionar o governo para que pudesse construir um acordo, Márcio, para que por lei complementar garantisse que a alíquota permanecesse a mesma e não abatesse naquilo que mais tem abatido nos últimos anos no servidor público, que é a sua renda, que é o seu salário, que não tem sido reajustado nos últimos cinco anos e abatido por uma inflação que pegou a todos nós, brasileiros. Por isso que a nossa disposição foi sempre nesse sentido, no entendimento de que uma reforma que pudesse incluir uma série de direitos, garantias jurídicas para os nossos servidores, seria muito melhor do que uma reforma feita pela lei complementar, que não só aumentava a alíquota, mas traria uma insegurança jurídica muito grande. Por isso, Ver. Ferronato, eu quero dizer a V. Exa. que eu tenho respeito pelo seu mandato, pela sua história, o nosso posicionamento, meu e do Márcio, do nosso partido, é muito parecido em relação àquilo que o senhor falou aqui na tribuna; no entanto, nós temos um partido, que é a nossa única filiação, minha e do Márcio, no qual construímos uma história, e o PDT tem nacionalmente se posicionado contra as reformas, embora tenhamos um candidato a presidente que apresentou, no seu plano de governo, uma reforma da Previdência; uma bancada federal

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

que teve o melhor substitutivo no bom debate que teve lá no Congresso Nacional; e nas nossas capitais, como Fortaleza, votaram a favor, construíram também a necessidade dessa simetria da legislação municipal com a lei federal. Nesse sentido, com esses argumentos, que eu o Márcio levamos para dentro do partido, que, por coerência, deveríamos votar a favor do PELO, porque ele consistia em garantias, direitos, que melhor que pelo PELO a reforma, do que uma reforma pela lei complementar. Esse é o posicionamento que já não é mais novidade para nenhum vereador, porque a minha fala aqui já foi feita na semana passada. Por isso nós levamos ao partido, que votou por maioria, nos impedindo que pudéssemos votar a favor. O nosso voto não será favorável ao PELO, mas nós estaremos justificando que não estamos votando a favor da reforma do PELO porque estamos sendo impedidos por uma decisão democrática, por maioria da nossa executiva municipal. Então, esse é o posicionamento do PDT, temos o entendimento de que essa simetria é uma questão de justiça, e a questão de ser incluída essa reforma pelo PELO é melhor para os nossos servidores municipais do que ficarem à mercê de uma lei complementar que não traz garantias nem agora e nem para o futuro. Por isso que eu aqui registro a nossa posição, minha e do Márcio, de que não iremos votar a favor do PELO, mas estamos aqui justificando já na tribuna, e posteriormente por escrito, o nosso voto a favor da aprovação do PELO. Obrigado, vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há mais inscritos para encaminhar. Em votação a Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, em 1º turno, a Emenda nº 01 ao PELO nº 002/020. (Pausa.) (Após a chamada nominal.)

APROVADA por 26 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PELO nº 002/020, em 1º turno.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Votei “não”. Presidente, em sete mandatos eu nunca votei contra os trabalhadores.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Antes de votar, quero fazer o registro de que fica muito duvidoso o que estamos votando, porque não estão sendo lidas as emendas; nesse sentido, além de ter votado contra, sugiro que se leiam as emendas antes de serem votadas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Bom, a Emenda nº 01 já está aprovada, vereador, mas em consideração ao seu pedido, sem prejuízo, vamos proceder à leitura da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20.)

Em votação nominal, em 1º turno, a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20, em 1º turno.

Vereador Jonas Reis (PT): Quero declarar o meu voto ao povo de Porto Alegre: votei “não”.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, quero dizer que é lamentável que haja uma discriminação na contagem de pontos com relação ao tempo de serviço das mulheres em relação aos homens e o tempo de contribuição em relação à receita que poderá obter. Lamentavelmente essa subemenda não foi discutida e vejo aqui, inclusive, assinada por muitos vereadores. Votei “não”.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, esta subemenda tem um artigo que muda outro e não dá nem a nova redação. É um absurdo. Por isso votei “não”.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, em 1º turno, o PELO nº 002/20. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PELO nº 002/20, em 1º turno. Registro que o projeto e as emendas foram aprovados em 1º turno.

Vereador Jonas Reis (PT): Não traio o povo de Porto Alegre, nem os servidores - votei “não” a essa reforma vergonhosa que não precisava acontecer.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu nunca votei contra trabalhadores; por isso votei “não”.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Votei “sim” pelo povo que paga a conta de aposentados como o Jonas.

Vereador Mauro Zacher (PDT): Presidente, eu gostaria de justificar o meu voto e o do Ver. Márcio Bins Ely, em nome da nossa bancada; então justifico nosso voto ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica que trata da reforma da Previdência, ao cumprimento da decisão tomada na Executiva Municipal, em reunião realizada dia 13 de junho passado. Nesse encontro, sem sucesso, argumentamos, eu, o Márcio e o Ver. João Bosco Vaz, que essa posição levaria o governo a buscar o caminho de elevação das alíquotas por lei complementar para a qual teria mais do que os 19 votos necessários em sua base e, se fosse dessa forma, o prejuízo ainda seria maior, especialmente para os servidores aposentados e inativos. Explicamos que, pelo diálogo, com a participação de representantes de diversas entidades, os servidores de bancadas, do PDT, do PSB, do PSD, construíram uma forma de mitigar os danos e evitar que o radicalismo levasse suas perdas ainda maiores aos municipais, que são a base da prestação do serviço público da nossa cidade, especialmente aqueles que mais precisam; que a aprovação do projeto com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

as emendas e subemendas resultantes dessa desconstrução permitiria a inclusão das regras de transmissão na Lei Orgânica, assim como a integralidade, a paridade, para dar segurança jurídica aos servidores, bem como condições mais favoráveis que as adotadas na reforma feita pelo governo federal. Também a garantia da manutenção de alíquota de 14%, com escalonamento do pedágio a partir dos 50%, com percentuais abaixo dos 100% pretendidos inicialmente pelo. Todos esses argumentos não foram suficientes; assim, diante da posição do PDT de fechar questão contra o projeto, em respeito à decisão das instâncias partidárias, votamos contra aquilo que particularmente defendemos como bancada e construímos ao longo desse processo de diálogo, sempre com a participação dos servidores e suas entidades, por entender que seria o melhor para o momento. Porto Alegre, 23 de junho de 2021. Muito obrigado.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Colegas vereadores, vereadoras, especialmente os servidores públicos que estão aqui nos acompanhando neste plenário, bem como pela TVCâmara. Quero aqui fazer a declaração do meu voto, assim como da nossa bancada, que nos posicionamos contra a aprovação deste projeto porque ele agride frontalmente o direito dos trabalhadores municipais. Nós, ao longo do debate do PELO nº 002, apresentamos uma série de questionamentos ao governo municipal, especialmente pedindo que ele nos enviasse o cálculo atuarial atualizado, dizendo qual é o impacto dessa reforma na vida do Previmpa, solicitando que nos enviasse qual era o impacto dessa reforma, diante da pandemia, quando, diariamente, perdemos servidores e servidoras municipais. Então, Porto Alegre, tristemente, hoje ingressa no rol daquelas cidades que adotaram uma política nacional bolsonarista, negacionista, que penaliza os trabalhadores municipais, em detrimento do capital, em detrimento de uma cidade inteiramente privatizada. Isso é só o início do desmonte das políticas públicas, porque penalizar servidor municipal é não garantir políticas públicas de qualidade. Por isso votamos contra a reforma da Previdência!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Informo que as declarações de voto serão registradas se encaminhadas por escrito.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
058ª Sessão Ordinária Híbrida 23JUN2021

Vereador Leonel Radde (PT): Declaração de voto: voto “não” a essa reforma da Previdência. Em 2022, servidores e servidoras do Estado do Rio Grande do Sul, temos vereadores e vereadoras nesta Casa que têm pretensões eleitorais. Nós temos Nádia, que quer ser vice-governadora do Estado, que votou contra os servidores públicos, contra a Guarda Municipal de Porto Alegre. Atenção, família brigadiana; atenção, família da Polícia Civil; atenção, família da Polícia Penal: temos o Bobadra também, que tem interesses eleitorais no ano que vem. Temos o Jessé Sangalli que tem interesses eleitorais, que fala em nome da polícia, e aqui na Câmara de Vereadores votou contra a segurança pública, contra os servidores públicos. Então, é muito importante que a gente tenha percepção de como vota o PSDB, como vota o MDB, como vota o partido NOVO, e nós, como trabalhadores da ponta, temos que estar atentos e não eleger nenhum representante desses partidos no ano que vem. Obrigado.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h26min.)